# BALANÇO

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional**

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos déficits, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Além disso, diversos bens da hospital estão penhorados para garantia de ações que estão sendo discutidas judicialmente.

**Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável do que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.
Cokinos & Associados – Auditores Independentes CRC 2SP 15 753/O-0
Olivier Von Legrand CRC 1SP273560/O-4

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

CNPJ/MF: 52.543.706/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL
Em reais

| ATIVO | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **17.874.504** | **16.567.891** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3 | 7.812.800 | 8.577.707 |
| Contas a Receber | 4 | 6.160.209 | 4.468.218 |
| Adiantamentos Efetuados | 5 | 228.198 | 128.586 |
| Juros a Empreendimos a Apropriar | 6 | 1.798.023 | 1.514.704 |
| Outros Créditos | 6 | 1.345.241 | 1.422.115 |
| Estoques | 7 | 531.032 | 456.483 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **19.663.682** | **19.711.584** |
| Depósitos Judiciais | | 218.678 | 136.707 |
| Juros a Empreendimos a Apropriar | 6 | 1.293.043 | 1.436.961 |
| Investimentos | | | 35.000 |
| Imobilizado | 8 | 18.194.961 | 18.114.027 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **37.538.186** | **36.279.476** |

| PASSIVO | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **24.686.342** | **21.246.283** |
| Fornecedores | 10 | 7.663.699 | 8.150.148 |
| Obrigações Trabalhistas | 11 | 3.288.262 | 2.894.209 |
| Obrigações Fiscais | | 212.469 | 199.863 |
| Parcelamentos Tributários | 12 | 1.242.090 | 1.020.685 |
| Provisão para Contingências | 14 | 600.236 | 612.100 |
| Obrigações com Parcelamento | 13 | 187.511 | 302.345 |
| Subvenções a Aplicar | | 5.483.184 | 4.116.621 |
| Empréstimos e Financiamentos | 9 | 5.086.642 | 3.864.660 |
| Outras Obrigações | | 134.369 | 82.791 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **36.380.343** | **34.041.609** |
| Fornecedores LP | | | |
| Parcelamentos Tributários | 12 | 17.641.225 | 16.060.940 |
| Verbas Subvencionadas | | 5.032.026 | 4.639.165 |
| Obrigações com Parcelamento | 13 | 1.306.138 | 1.500.320 |
| Empréstimos e Financiamentos | 9 | 7.769.126 | 5.834.933 |
| Provisão para Contingências | 14 | 4.631.828 | 5.056.450 |
| **PATRIMÔNIO SOCIAL** | 10 | **(23.528.379)** | **(20.023.409)** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **37.538.186** | **31.314.433** |

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| **RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS** | **66.948.309** | **72.884.931** |
| **Receitas de atividades assistenciais** | **47.032.911** | **76.843.847** |
| **Receitas operacionais** | **26.819.330** | **28.740.285** |
| S.U.S. - Sistema Único de Saúde | 22.414.764 | 22.119.732 |
| Convênios | 3.272.939 | 2.931.986 |
| Particulares | 731.407 | 732.548 |
| (-) Glosas | - | (29.556) |
| **Outras receitas operacionais** | **41.613.581** | **45.188.291** |
| Subvenção Federal | 16.437.807 | 21.002.737 |
| Subvenção Estadual | 8.621.204 | 9.519.432 |
| Subvenção Municipal | 10.952.451 | 10.451.282 |
| Apoio Loja Maçonica | 4.591.958 | 4.217.840 |
| **Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias** | **1.304.307** | **1.503.373** |
| Receitas Financeiras | 726.754 | 417.181 |
| Outras Receitas | 577.553 | 955.091 |
| Trabalho Voluntário | 111.123 | 136.917 |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | **(67.418.342)** | **(67.119.788)** |
| **Despesas com atividades assistenciais** | **(54.715.623)** | **(50.257.360)** |
| Despesas com pessoal | (16.636.871) | (17.958.855) |
| Despesas administrativas e gerais | (3.119.271) | (1.977.929) |
| Serviços prestados por terceiros | (26.871.776) | (26.774.016) |
| Medicamentos e Materiais | (11.115.947) | (8.485.036) |
| Despesas com depreciação / Amortização | (628.471) | (628.831) |
| Impostos e taxas | (48.400) | (302.833) |
| **Outras despesas operacionais** | **(7.691.597)** | **(6.732.905)** |
| Despesas financeiras | (2.799.729) | (2.309.087) |
| INSS Cota Patronal | (4.701.868) | (4.217.840) |
| Trabalho Voluntário | (111.123) | (136.917) |
| **SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO** | **(2.469.904)** | **4.965.043** |

| | Patrimônio Social | Superávit Déficit | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | (27.281.119) | 7.257.451 | (20.023.6) |
| Superávit | - | 4.965.043 | 4.965.04 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | (27.281.119) | 7.257.494 | (20.058.3) |
| Déficit | - | (2.469.904) | (2.469.90) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | (27.281.119) | 4.787.590 | (23.528.3) |

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES

CNPJ/MF: 52.543.706/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Em reais

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| Superávit / Déficit Líquido | (2.469.904) | 4.965.043 |
| **AJUSTES** | | |
| Depreciação | 628.471 | 628.831 |
| Provisão de contingências | (450.386) | (450.126) |
| | (437.579) | 453.758 |
| **VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS** | | |
| Contas a receber | (1.941.991) | 1.791.047 |
| Adiantamentos | (99.612) | (75.628) |
| Estoques | (74.549) | 25.577 |
| Outros créditos | 76.874 | (640.984) |
| Fornecedores | (486.449) | 791.078 |
| Obrigações trabalhistas | 394.054 | 202.222 |
| Obrigações Fiscais | 12.606 | 47.321 |
| Parcelamentos Tributários | 1.182.689 | 400.244 |
| Obrigações com Parcelamentos | (308.536) | (303.026) |
| Subvenções a Aplicar | 1.366.563 | (1.033.921) |
| Subvenções Investimentos | 362.864 | (449.127) |
| | 292.610 | 1.516.189 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | (2.614.773) | 6.935.002 |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| Aquisições de bens no imobilizado no custo | (1.027.436) | (1.201.703) |
| Baixas de bens no imobilizado no custo | | |
| Amortização/Baixa do imóvel arrendado | 125.535 | 8.252 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (901.900) | (1.193.451) |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Empréstimos | 2.871.995 | 321.040 |
| Obrigações financeiras | 31.578 | (96.359) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamento | 2.903.413 | 224.681 |
| **Variação de caixa e equivalente de caixa** | (764.908) | 5.966.184 |
| Saldo de disponibilidades no início do exercício | 8.577.707 | 2.611.523 |
| Saldo de disponibilidades no final do exercício | 7.812.800 | 8.577.707 |
| **Variação de caixa e equivalente de caixa** | (764.908) | 5.966.184 |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Expressas em reais

**1. A Entidade**

a) Reconhecimento de utilidade pública

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 06 de maio de 1955, tem sua origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em 06 de julho de 1875, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, segundo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis.

É uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica, hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para seu público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos.

Sediada na Rua Barão de Jaguaçu, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.706/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social – CNAS nº 44006.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovada através da Resolução –84, publicada no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 21/10/2009 a Santa Casa protocolou pedido de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através do processo 25000.033.562/10-41, aguardando análise técnica e decisão da Secretaria de Atenção à saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS).

b) Administração

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 9 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 03 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro.

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

c) Manutenção financeira

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

- contribuição mensal dos irmãos;
- renda proveniente da prestação de serviços e convênios;
- renda de imóveis;
- donativos em dinheiro;
- rendimentos financeiros;
- rendas eventuais; e
- auxílios e subvenções dos poderes públicos.

**2. Principais políticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2016 de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária em conformidade com as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, em pronunciamentos do CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades sem fins econômicos contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, sua moeda de apresentação;

b. Contas de resultado: São reconhecidas mensalmente pelo regime contábil de competência;

c. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;

d. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;

e. Estoques: Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado;

f. Ativo imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações devidas ao uso e desgaste natural dos bens;

g. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores embutidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;

h. Provisão de férias e encargos: Foram calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;

i. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme previsão constitucional, a Santa Casa é uma entidade filantrópica imune, do pagamento de impostos, taxas e da contribuição ao INSS.

j. Patrimônio Social representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/Déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

k. Legislação Fiscal: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes dentro prazos prescricionais variáveis, conforme a legislação específica aplicável.

l. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Caixa | 126.963 | 51.623 |
| Bancos | 5.979 | 5.519 |
| Aplicações financeiras | 7.681.858 | 8.520.565 |
| **Total** | **7.812.800** | **8.577.707** |

**4. Contas a receber:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Convênios SUS | 2.365.946 | 2.753.098 |
| Convênios/Particulares | 3.924.692 | 1.785.549 |
| Provisão para perdas | (70.429) | (70.429) |
| **Total** | **6.160.209** | **4.468.218** |

**5. Adiantamentos:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Adiantamento a fornecedores | 72.891 | 8.224 |
| Adiantamento a funcionários | 155.307 | 120.442 |
| **Total** | **228.198** | **128.666** |

**6. Outros Créditos:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Bloqueio judicial | 1.192.766 | 1.272.885 |
| Diversos | 150.385 | 149.230 |
| **Total** | **1.343.091** | **1.422.115** |

**7. Estoques**

Os estoques em 31 de dezembro estavam assim compostos:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Materiais cirúrgicos | 188.292 | 162.884 |
| Medicamentos | 365.467 | 299.148 |
| Outros | 73.381 | 97.431 |
| Estoques de 3º | 3.897 | (12.970) |
| **Total** | **531.032** | **456.483** |

**8. Ativo imobilizado**

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das movatações, efetuadas:

| Descrição | Taxas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|---|
| **Bens sem restrição** | | **22.762.172** | **21.763.396** |
| Terrenos | | 6.773.199 | 6.773.199 |
| Imóveis | 4% | 9.878.217 | 9.878.217 |
| Benfeitorias em Imóveis de 3º | | 15.500 | 15.500 |
| Instalações | 10% | 220.498 | 220.498 |
| Computadores | 20% | 365.647 | 356.727 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 3.756.056 | 3.996.607 |
| Móveis e utensílios | 10% | 753.396 | 672.209 |
| Obras em andamentos | | 1.319.609 | 831.000 |
| **Bens com restrição** | | **3.269.848** | **3.260.450** |
| Imóveis | 4% | 1.803.702 | 1.803.702 |
| Computadores | 20% | 12.108 | 4.109 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 2.074.638 | 2.074.638 |
| Móveis e utensílios | 10% | 178.600 | 178.600 |
| **Depreciação acumulada** | | **(7.836.259)** | **(6.909.788)** |
| Depreciação sem restrição | | (6.161.283) | (6.045.618) |
| Depreciação com restrição | | (1.674.975) | (864.170) |
| **Total Geral do imobilizado** | | **18.194.561** | **18.114.027** |

A movimentação do Ativo Imobilizado no exercício de 2016 segue:

| | Saldo em 31/12/2015 | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Bens sem restrição** | **21.763.396** | **998.816** | - | - | **22.762.172** |
| Terrenos | 6.773.199 | - | - | - | 6.773.199 |
| Imóveis | 9.878.217 | - | - | - | 9.878.217 |
| Benf. em Imóveis de 3º | 15.500 | - | - | - | 15.500 |
| Instalações | 220.498 | - | - | - | 220.498 |
| Computadores | 356.727 | 8.920 | - | - | 365.647 |
| Máquinas e equip. | 3.996.882 | 368.024 | - | - | 3.756.056 |
| Móveis e utensílios | 672.287 | 81.109 | - | - | 753.396 |
| Obras em andamento | 831.000 | 488.681 | - | - | 1.319.609 |
| **Bens com restrição** | **3.260.450** | **9.389** | - | - | **3.269.848** |
| Imóveis | 1.803.702 | - | - | - | 1.803.702 |
| Computadores | 4.109 | 7.999 | - | - | 12.108 |
| Máquinas e equip. | 2.074.638 | 399 | - | - | 2.074.638 |
| Móveis e utensílios | 178.600 | - | - | - | 178.600 |

Desde outubro de 2004, a auditoria fiscal do INSS, determinou a indisponibilidade dos bens da Entidade.

**9. Empréstimos e financiamentos**

| Circulante | Taxa | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|
| **Total Circulante** | | **5.086.642** | **3.864.660** |
| Banco devedor | | - | 67.272 |
| Caixa Econômica Federal | 2,00% a.m. | 5.086.642 | 3.797.388 |
| Juros a Apropriar | | (1.799.023) | (1.514.794) |
| **Não Circulante** | | | |
| Caixa Econômica Federal | | 7.769.126 | 5.834.933 |
| Juros a Apropriar | | (1.250.043) | (1.436.831) |

A garantia foi a Cessão de Direitos Creditórios do SUS.

**10. Fornecedores**

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento hábil respeitando o período de competência. A entidade continua enfrentando dificuldades financeiras, porém cumprindo integralmente com suas obrigações, em razão de existir saldos que tem sua origem em exercícios anteriores.
Os serviços prestados por terceiros (pessoa física e jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Fornecedores | 958.752 | 974.586 |
| Prestadores de serviços | 6.704.947 | 7.175.562 |
| **Total** | **7.663.699** | **8.150.148** |

**11. Obrigações trabalhistas**

Apresentavam os seguintes saldos:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Salários a pagar | 1.016.011 | 923.366 |
| INSS a recolher | 109.168 | 92.749 |
| FGTS a recolher | 131.960 | 116.735 |
| Provisão férias e encargos incidentes | 1.985.169 | 1.731.169 |
| PIS a recolher | - | - |
| Outras obrigações sociais | 5.954 | 5.990 |
| **Total** | **3.288.262** | **2.894.209** |

**12. Parcelamentos tributários**

Apresentavam os seguintes saldos:

| 2016 | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
|---|---|---|---|
| Refis a pagar | 204.000 | 3.462.520 | 3.666.520 |
| Parcelamento IRRF | 504.000 | 3.755.501 | 4.259.501 |
| Parcelamento INSS | 198.000 | 4.406.947 | 4.604.947 |
| Parcelamento FGTS | 336.000 | 5.009.750 | 5.345.750 |
| **Total** | **1.242.000** | **17.534.698** | **18.776.698** |
| **2015** | **Curto Prazo** | **Longo Prazo** | **Total** |
| Refis a pagar | 123.631 | 3.526.235 | 3.649.246 |
| Parcelamento IRRF | 401.144 | 3.952.211 | 4.358.355 |
| Parcelamento INSS | 170.834 | 4.382.812 | 4.473.646 |
| Parcelamento FGTS | 226.937 | 4.274.645 | 4.551.582 |
| **Total** | **1.020.546** | **16.066.903** | **17.087.829** |

Em abril de 2000 a Entidade teve sua inclusão no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, sancionado pela Lei Federal nº 9.964.

Em 2007, a Entidade regularizou todas as pendências anteriores e obteve parcelamento de todas as dívidas tributárias, previdenciárias e trabalhistas em 240 meses através da Lei nº 11.345.

A Entidade vem pagando regularmente o programa de acordo com o extrato obtido junto a Receita Federal.

**13. Obrigações com Parcelamento**

Apresentavam os seguintes saldos:

| 2016 | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
|---|---|---|---|
| Parcelamento SEMAE | 133.282 | 1.366.138 | 1.499.420 |
| Parcelamento Bandeirantes Energia | 34.229 | - | 34.229 |
| **Total** | | | |
| **2015** | **Curto Prazo** | **Longo Prazo** | **Total** |
| Parcelamento SEMAE | 166.602 | 1.466.099 | 1.632.701 |
| Parcelamento Bandeirantes Energia | 135.744 | 34.229 | 169.973 |
| **Total** | **302.346** | **1.500.328** | **1.802.674** |

**14. Provisões para Contingências**

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes sobre os processos em andamento, algumas ações são procedentes, portanto existe a possibilidade de ocorrer favorável ao Hospital. Outras ações cuja forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo.

Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, revindicatórias e reclamações.
Em 31 de dezembro de 2016, os valores estimados das contingências apresentavam se como segue:

| 2016 | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
|---|---|---|---|
| Ações Cíveis | 50.245 | 2.514.569 | 2.564.814 |
| Ações Trabalhistas | 342.080 | 573.274 | 915.274 |
| Indenizações em Andamento | 213.945 | 494.682 | 708.627 |
| **Total** | **606.190** | **3.582.525** | **4.188.715** |
| **2015** | **Curto Prazo** | **Longo Prazo** | **Total** |
| Ações Cíveis | 140.086 | 2.635.590 | 2.775.676 |
| Ações Trabalhistas | 240.080 | 2.009.779 | 2.249.779 |
| Indenizações em Andamento | 232.674 | 411.070 | 643.744 |
| **Total** | **612.760** | **5.056.439** | **5.669.199** |

**15. Verbas subvencionadas**

Conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimento, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme exerte a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimentos em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado. No exercício de 2016 totalizou R$ 828.830,69, referente a subvenções recebidas para investimentos pela Santa Casa e reconheceu como receita em seu resultado o montante de R$ 499.571,32.

**16. Passivo a descoberto e plano de recuperação**

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes continuam apresentando deficiência de capital de giro, em 2016 todos os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11345 e os valores transferidos para o Exigível de Longo Prazo e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

a) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do Hospital;
b) Manutenção da renegociação junto aos fornecedores e prestadores de serviços para mudança na exigibilidade de obrigações de curto para longo prazo ou transformação da despesa em doações;
c) Redução do quadro de funcionários com aproveitamento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinâmica dos serviços e redução de custos;
d) Obtenção junto a Prefeitura de mais recursos para cobertura de déficits;
e) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;
f) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o quadro deficitário atual.

**17. Cobertura de Seguros**

A Entidade mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis, em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

**18. Resumo das receitas e pacientes atendidos e outros**

Demonstração da quantidade de pacientes atendidos (SAME) em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde - SUS, a fim de atender ao disposto no art. 3º, Inciso VI parágrafo 4º, do Decreto 2536/1998.

| Descrição | Total Atendimento 2016 | % | 2015 | % |
|---|---|---|---|---|
| Pacientes SUS – Internações | 12.094 | 93,0 | 11.442 | 93,0 |
| Pacientes Convênios e Particulares | 879 | 7,0 | 872 | 7,0 |
| **Total** | **12.973** | **100,0** | **12.314** | **100,0** |

**19. Isenções previdenciárias e fiscais usufruídas**

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções fiscais e previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---|---|
| INSS Cota Patronal | 4.701.868 | 4.217.840 |
| **Total** | **4.701.868** | **4.217.840** |

**20. Trabalho Voluntário**

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de Setembro de 2012 aprovada a NBC TG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

O montante de R$ 111.120 foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de reuniões e participação de eventos dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Reginaldo Alarão
Provedor

Celso A. Ribeiro
Contador CRC 1SP 161034/O